



CRAVEIRA COSTA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO ALAGOANA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Rosilda Gemano da Silva Moura

Monica Luise Santos

Maria Luédna Ferreira de Melo

(UFAL)

Resumo

No final do século XIX e início do século XX o Brasil tem como grande marco a implantação da República, passando a materializar, com mais força, o ideal de “Ordem e Progresso”. Este ideal é absorvido pela elite brasileira e disseminado para o restante da população. Sendo assim, algumas mudanças são feitas e a educação é vista como um dos elementos essenciais para se alcançar a modernidade. Por toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. Desta forma a educação tornava-se uma prioridade tanto para os conservadores quanto para liberais, uma vez que, se fazia necessário disciplinar e moldar a população para torná-los cidadãos úteis e obedientes. O presente artigo tem como objetivo trazer algumas questões sobre a educação alagoana, dos primeiros anos do século XX, apontadas pelo intelectual Craveiro Costa. O corpus deste trabalho são artigos escritos na Revista de Ensino, publicada pela diretoria da Instrução Pública do Estado de Alagoas, em 1927, localizada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Deteremo-nos no tópico Velhas Opiniões, o qual se divide em três artigos. Desta forma, lançamos o olhar sobre A escola isolada, O ensino profissional e A educação social. Para uma melhor compreensão sobre o posicionamento de Craveiro Costa em relação à escola primária e o ensino profissional é importante compreender a estrutura da instrução no Brasil e consequentemente em Alagoas nas primeiras décadas da República, bem como identificar o lugar social de onde esse homem tecerá suas críticas. Para composição deste texto trazemos a escrita de Certeau (1982) e Elias (1993) com intuito de compreender o lugar do qual escreve Craveiro Costa e de que forma o modelo europeu de progresso e civilização foi se constituindo como espelho para muitos países, dentre eles o Brasil. Tendo em vista que a instrução era responsável – ou deveria ser – pela colocação do país ao lado das nações civilizadas. É com este discurso que o intelectual Craveiro Costa lança suas ideias e críticas sobre a educação do povo alagoano.

Palavras Chave: Craveiro Costa. Educação alagoana. Escola isolada. Ensino Profissional. Educação Social.

1 - Introdução

No final do século XIX e início do século XX o Brasil tem como grande marco a implantação da República, passando a materializar, com mais força, o ideal de “Ordem e Progresso”. Este ideal é absorvido pela elite brasileira e disseminado para o restante da população. Sendo assim, algumas mudanças são feitas e a educação é vista como um dos elementos essenciais para se alcançar a modernidade. Por toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A ideia de uma escola nova para a formação do homem novo





articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização (SOUZA, 2000).

Desta forma a educação tornava-se uma prioridade tanto para os conservadores quanto para liberais, uma vez que, se fazia necessário disciplinar e moldar a população para torná-los cidadãos úteis e obedientes. No entanto, a maioria da população brasileira era analfabeta no início do século XX. Este fato causava uma nova preocupação, não somente para os governantes, mas para todos aqueles que desejavam por meio da ordem e progresso, transformar o Brasil numa nação *culta, moderna e civilizada*.

É importante salientar que durante o período da Primeira República, os ideais positivistas nortearam os intelectuais que ‘pensaram’ a Educação e efetivaram as reformas educacionais, em nível nacional. É nesse contexto que se encontra João Craveiro Costa, preocupado com os rumos da educação¹ do povo alagoano e envolvido com os discursos positivistas que justificavam a busca desenfreada das elites nacionais pelo progresso do país. A educação se apresenta, neste momento, como instrumento não apenas para o progresso social e material da sociedade brasileira, mas também como condição para a formação do ideal de cidadania, tão caro ao pensamento republicano.

O presente artigo tem com objetivo trazer algumas questões sobre a educação alagoana, dos primeiros anos do século XX, apontadas pelo intelectual Craveiro Costa. O *corpus* deste trabalho são artigos escritos na *Revista de Ensino* publicada pela diretoria da Instrução Pública do Estado de Alagoas, em 1927, localizada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Deteremo-nos no tópico *Velhas Opiniões*, o qual se divide em três artigos. Desta forma, lançamos o olhar sobre *A escola isolada*, *O ensino profissional* e *A educação social*.

Para composição deste texto trazemos a escrita de Certeau (1982) e Elias (1993) com intuito de compreender o lugar social do qual escreve Craveiro Costa e de que forma o modelo europeu de progresso e civilização foi se constituindo como espelho para muitos países, dentre eles o Brasil. Tendo em vista que a instrução era responsável – ou deveria ser – pela colocação do país ao lado das nações civilizadas.

¹ A educação para o povo, pensada por Costa, está ligada a ideia de disseminar os “modos” da elite nas camadas populares.





Vejamos a seguir alguns aspectos da educação em alagoas nos primeiros anos da República.

2. A educação alagoana no advento da República: O lugar de Craveiro Costa

Para uma melhor compreensão sobre o posicionamento de Craveiro Costa em relação à escola primária e o ensino profissional é importante compreender a estrutura da instrução no Brasil e consequentemente em Alagoas nas primeiras décadas da República, bem como identificar o lugar social de onde esse homem tecerá suas críticas. Assim como nos lembra Certeau (1982) a respeito da articulação entre a escrita e o lugar sócio-econômico, político e cultural do sujeito.

No final do século XIX, a escola popular recebeu a condição de redentora da nação e de instrumento de modernização e civilização por excelência. Desta maneira a educação era vista como um mecanismo de controle social e, para tanto, deveria ser um serviço de responsabilidade do Estado. Este disseminaria os ideários sobre a importância do aprendizado e facilitaria o acesso do povo à instrução por meio do ensino de conteúdos específicos. De acordo com Souza (2000, p.11) este acontecimento de âmbito mundial foi

Alimentado pela circulação de ideias e modelos gerados nos países ditos “civilizados” na época. Os mais variados temas da organização escolar tornaram-se objeto da reflexão política e pedagógica: métodos de ensino, a ampliação dos programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos, a classificação dos alunos, a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo, o mobiliário, materiais escolares, certificados de estudos, a arquitetura, a formação de professores, a disciplina escolar.

Os líderes republicanos, amparados pela constituição de 1891 a qual instituía a igualdade de todos perante as leis, viam a educação, principalmente a popular, como fator fundamental para consagração do novo regime político. Segundo eles os problemas nacionais somente seriam resolvidos oferecendo-se educação à população.

Tais ideias eram baseadas no Positivismo de Durkheim, para o qual o indivíduo deveria se educar para que conseguisse se integrar numa sociedade.

Apesar de apresentar entusiasmo no início da República, a educação, assim como boa parte das políticas sociais, não recebeu a atenção prometida. O acesso a educação era muito raro





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

para a maioria da população pobre daquela época. Em Alagoas a situação da instrução primária pública não era muito diferente dos demais estados brasileiros. Craveiro Costa (1931) expõe em sua obra, *Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas*, um quadro do ensino em Alagoas no início da República.

Com base na escrita do autor alagoano vemos alguns dados da educação em Alagoas de 1889. Neste ano a população do Estado ultrapassava os 660.000 habitantes e contava com 184 escolas primárias para atender uma pequena quantidade de 6.458 alunos, sendo que, a população escolar alagoana era de 120.000 alunos.

Em 1899 o ensino primário já ocupava 251 escolas com 9.872 alunos matriculados, com frequência de 8.694. No entanto, não havia uma só escola municipal. Passada mais de uma década depois da instauração da República Alagoas não contava ainda com prédios escolares próprios

Todas funcionavam em casas comuns, de aluguel, desprovidas dos requisitos mais elementares de higiene. O mobiliário, em algumas eram antiquíssimo, em outras era o próprio mobiliário modestíssimo do professor; em muitas, “caixas vazias de querosene”, e havia escolas em que os alunos se sentavam no próprio solo, “como se viu no ano passado (1904) num dos grupos escolares da capital”. (Costa, 1931,s/p)

Esta exposição revela que não houve grande alteração no quadro educacional, com relação ao número de escolas e de alunos matriculados. As condições de ensino eram muito precárias. Destas, de acordo com Craveiro, *o Pedagogium* foi a única medida que teve utilidade, pois era

Destinado a oferecer ao público e aos professores os meios de instrução profissional de que se carecessem, a exposição dos métodos e do material de ensino mais aperfeiçoados e a constituir-se centro impulsor dos melhoramentos do que precisava a educação nacional. (COSTA, 1931, s/p.)

É por meio do olhar do jornalista Craveiro Costa que discorreremos sobre o ensino primário de Alagoas, mas precisamente sobre a escola isolada que é o alvo das críticas lançadas por Craveiro.





2.1 A escola isolada: Um estorvo aos cofres Estaduais.

Ao tratar da escola primária em Alagoas Craveiro Costa faz duras críticas ao poder público, devido aos gastos que a administração tinha feito com o ensino nas escolas isoladas. É importante lembrar que esses espaços funcionavam em prédios alugados e muitas vezes na casa do próprio professor, geralmente, localizadas em espaço de difícil acesso. Essa era uma das críticas de Craveiro que defendia a organização do ensino em grupos escolares, pela unidade dos métodos pedagógicos, dos professores, dos processos educativos etc.

Por meio destas transformações na concepção educacional e na organização escolar, pretendia-se atingir a universalização do ensino e enquadrar a nação, no que dizia respeito a um projeto educacional.

Costa mostra que em 1912 o Congresso Estadual de Alagoas aprovou 586:353\$997 para a instrução pública. Desta verba 283:186\$000 fora gasta com o ensino primário, posteriormente essa quantia foi elevada para 1.546:440\$000. Tais gastos eram para a construção de novas escolas. No entanto, o jornalista alagoano afirma que, mesmo “com o aumento considerável do número de escolas primárias, o progresso pedagógico e o problema educacional do povo” não correspondia aos gastos. Isto ocorria por vários motivos dentre eles: o professor, na escola isolada, tinha várias classes para lecionar, precariedade de tempo e do espaço, alunos com idades diferentes, porém o mais problemático, segundo ele, era que o aparelho educativo do Estado repousava exclusivamente na escola primária ou “escola isolada e sem finalidade educacional” como ressalta ele.

Mas qual seria a finalidade da educação popular para este intelectual? Vejamos algumas colocações referentes à alfabetização escolar, do povo, que na interpretação de Craveiro (1931) continuava com a percepção arcaica de escola simplesmente alfabetizadora, sendo incapaz de transformar as massas embrutecidas em forças produtoras de riquezas.

Já não bastam às exigências da vida moderna saber ler, escrever e contar, ou, como se dizia vulgarmente, ler uma carta e fazer outra, a que se tem limitado a tutela do Estado. A desanalfabetização precisa ser completada pela organização inteligente das forças humanas tornando-as capazes de decuplicarem a produção das nossas terras e das nossas atividades.





Para tanto a escola deveria implantar um ensino utilitário que inculcasse na população pobre a importância do trabalho no campo, pois segundo Craveiro durante os mais de cem anos de ensino primário no Brasil o povo do campo nada tinha lucrado,

O grande problema que a escola tem que resolver é educar as massas populares no sentido de sua fixação nos campos agrícolas e pastoris, do seu aparelhamento para o trabalho consciente, do seu valor como elemento de produção e riqueza. Esse problema a escola atual não resolverá nunca. E a prova de sua ineficiência só não a ver que olha as coisas superficialmente. (COSTA, 1931, s/p.)

O discurso pragmático de Costa em relação à educação popular revela como a instituição escolar foi se constituindo num forte mecanismo de diferenciação social. Os próprios graus de instrução já mostravam estas diferenças Cunha (1997, p.13) nos lembra que o sistema de ensino primário e profissional e o sistema de ensino secundário e superior teriam diferentes objetivos culturais e sociais, constituindo-se, por isso mesmo, em instrumentos de estratificação social. Sendo assim a escola primária e a profissional ficavam relegadas à classe popular, enquanto que as instituições públicas de ensino secundário eram destinadas para educar intelectualmente os filhos da elite alagoana. Os jovens de classe “inferior” eram impedidos de seguir além do que era necessário para pessoas pobres, cujo destino era trabalhar e ganhar apenas o suficiente para sobreviver.

O que interessava era que as massas se tornassem ordeiras no seu convívio social, no “seu devido lugar”. O essencial não era instruir, racionalizar o indivíduo, mas racionalizar a vida econômica, a produção, o tempo das pessoas, o ritmo dos corpos, a disciplina das mentes. Para isso se fazia necessário o regramento social. Elias (1993) mostra como o controle exercido por terceiras pessoas se transforma, posteriormente em autocontrole que se torna cada vez mais uniforme e generalizado.

2.2 O ensino profissional e a educação social

Em Alagoas o ensino profissional conheceu sua primeira experiência em 1854, quando foi criado o Colégio de Educandos Artífices. Posteriormente, outras entidades filantrópicas que se destinavam ao ensino profissional também foram criadas dentre elas o Liceu de Artes e Ofícios





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

(1884). Este era diferenciado, fora fundado para atender adultos, homens ou mulheres, da classe trabalhadora e artística. Oferecia os cursos de encadernação, topografia, marcenaria, alfaiataria, além das 21 cadeiras de humanidades como francês, italiano, latim, inglês, economia política, direito criminal, história, geografia entre outras. Os Liceus de Artes e Ofícios criados no Brasil eram mantidos por sociedades civis e subvencionado pelo poder público.

No que concerne ao Colégio de Educandos Artífices, durante todo seu funcionamento, foi considerado, por boa parte dos governantes, como uma instituição que exigia muitas despesas e oferecia pouca utilidade para a província, sendo assim seria bem mais vantajoso transformar o estabelecimento em um colégio agrícola. Costa (1931) expõe o discurso feito, em 1857, pelo presidente da província alagoana Antônio Coelho de Sá e Albuquerque o qual defendia com ênfase a referida transformação.

Eu não quero sábios agricultores quero moços educados no campo, sabendo apenas ligeiras noções teóricas de agricultura e o manejo de algum instrumento agrícola; não quero aspirantes a empregos públicos; quero trabalhadores de espírito mais ou menos cultivado, moralizado e econômicos; não quero futuros descontentes das instituições, pois quando se não acharem contentes com a sorte: quero homens poucos ambiciosos e sumamente interessados na paz publica e na permanência dos governos, sejam eles de que políticas forem.

O discurso do presidente deixa entender que os cargos públicos já tinham aqueles naturalmente predestinados. Em vão, os filhos do povo sonhavam com aqueles lugares prestigiados social e economicamente. Outro aspecto importante no discurso de Sá e Albuquerque é o dado referente à educação que deveria ser dada em pequenas doses para a população, sempre vinculada ao ensino da moral e da disciplina.

Costa faz elogios a fala do referido presidente, quando trata da transformação do Colégio de Educandos em colégio agrícola: “já era alguma coisa num país de burocratas educar-se a mocidade em coisas que não a lavassem à fatalidade crônica do emprego publico” lembrando que essa “mocidade” era os filhos dos pobres.

Ao levantar algumas questões sobre o ensino profissional em Alagoas Craveiro Costa (1927) lamenta que a educação popular não tenha tomado os rumos do ensino profissional prevalecendo o culto a educação intelectual. Segundo ele os pais que eram comerciantes, industrial e o agricultor não aspiravam para os filhos sua sucessão, mas sim o bacharelato. De acordo com ele





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O que outrora só era acessível às classes abastadas – o diploma acadêmico – mais por um orçamento de boa sociedade do que um meio fácil de abrir caminho na vida, tornou-se uma aspiração da gente menos favorecida. Já não é somente o filho do rico que quer ser *doutor*; também o que o filho do proletário.

Parecia desproporcional que os filhos dos menos favorecidos quisessem galgar um espaço historicamente reservado aos filhos da elite. A escola deveria ensinar à população pobre do campo a agricultura para escolher a melhor terra, a melhor semente, como tratar do gado e etc. E aos pobres urbanos ensinaria mecânica, a engenharia, o comércio dentre outras. Afinal, quem deveria ser os responsáveis pela construção das linhas férreas, que segundo Craveiro ligaria o “sertão inculto” ao litoral em contato com a civilização? Obviamente não seria a elite letrada que colocaria a mão na massa.

Segundo Costa (1927, s/p), as atenções dos políticos, dos intelectuais e dos detentores do capital, deveriam ser voltadas para formar com urgência um povo apto para o trabalho pela educação técnica. E com os avanços econômicos gerados pela educação popular “virão fatalmente à moralização nos costumes, o respeito à soberania da lei, o apego à disciplina, o decoro de si próprio, a compreensão dos deveres cívicos, a criação de uma personalidade capaz de bastar-se a si mesma pelo trabalho”.

Considerações finais

Ao observarmos a escrita de Craveiro Costa, sobre a educação alagoana, percebemos que seu pensamento não era diferente da maioria dos intelectuais da época, pois, apesar de defender uma educação para o povo, deixava bem claro o lugar social que cada classe ocuparia. Deste modo, a formação para os menos favorecidos seria dada por meio do ensino profissional, o que garantiria futuros trabalhadores de uma mão de obra barata, os quais contribuiriam para promover o crescimento econômico da nação, e os filhos das elites continuavam sua formação no ensino secundário e superior para futuramente ocuparem os cargos públicos do Estado. Assim a ordem social não seria abalada.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Não podemos deixar de observar que, apesar das inquietações de Craveiro Costa com relação às condições da educação alagoana, que era precária, ele é um homem marcado pelos discursos de moralidade, disciplina, progresso e civilização.

Referências

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, J. Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial 1931. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

_____. **Revista de Ensino: Orgam Official da Directoria da Instrução Publica**. Maceió: Jan. 1927.

CUNHA, L. A. *Educação para a democracia: uma lição de política prática*. In: TEIXEIRA, A. (Orgs.) **Educação para Democracia: introdução à administração**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil**. *Cadernos Cedes*, ano XX, n.º 51, novembro/2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2 v.

